

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.267.481 - SP (2018/0067118-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : ROSELI MATIUSSE FURUZAWA DROGARIA LTDA - EPP  
**ADVOGADO** : ANTONIO EUSEDICE DE LUCENA - SP049022  
**AGRAVADO** : PANPHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
**ADVOGADO** : VALÉRIA DE PAULA THOMAS DE ALMEIDA E OUTRO(S) - SP131919

### **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/15). NULIDADE DO TÍTULO. PRECLUSÃO LÓGICA. PROTESTO. PRAÇA DIVERSA. INCABÍVEL. FUNDAMENTO POR SER FACULTATIVO. FUNDAMENTOS NÃO ATACADOS. SÚMULA 283/STF. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1.022, DO CPC/15. OMISSÃO. AUSENTE. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER O RECURSO ESPECIAL.*

### **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por ROSELI MATIUSSE FURUZAWA DROGARIA LTDA - EPP em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, fundamentado na alínea "a" do art. 105, III, da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*APELAÇÃO - EXECUÇÃO CONTRA DEVEDORA SOLVENTE - EMBARGOS OPOSTOS - NULIDADE DO PROTESTO - EXCESSO DE EXECUÇÃO - MULTA DE 4% - SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DOS EMBARGOS - RECURSO - PROTESTO MERAMENTE FACULTATIVO - CITAÇÃO VÁLIDA CARACTERIZA A MORA - EXCESSO NÃO OBSERVADO - COMPROVANTES DE ENTREGA DAS MERCADORIAS - DESNECESSIDADE DO ACEITE - SENTENÇA REFORMADA - AGRAVO RETIDO NÃO CONHECIDO -RECURSO PROVIDO. (e-STJ, fl. 2.413)*

No recurso especial, a parte recorrente alega violação aos artigos 13, § 3º, da Lei 5.474/68, 15, inciso II, alínea 'a', ao artigo 1.022, do CPC/15, sustentando que há o protesto deveria ser realizado na mesma praça de pagamento indicado no título e que há nulidade na formação do título executivo, pois ausentes as

# Superior Tribunal de Justiça

formalidades legais.

Contrarrazões não apresentadas.

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial não merece prosperar.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

De início, a agravante aponta a tese de omissão sustentando que o Tribunal de origem não se manifestou sobre a nulidade do título. Alega, pois, malferimento do artigo 1.022, do CPC/15.

No tocante à alegada negativa de prestação jurisdicional, agiu corretamente o Tribunal de origem ao rejeitar os embargos declaratórios por inexistir omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, ficando patente, em verdade, o intuito infringente da irresignação, que objetivava a reforma do julgado por via inadequada.

A propósito:

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. ACOLHIMENTO. CUSTAS PROCESSUAIS. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. RESPONSABILIDADE INTEGRAL DA PARTE VENCIDA.**

**1. Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como quando há erro material a ser sanado.**

**2. Verificada a sucumbência mínima, caberá à outra parte, por inteiro, responder pelas custas e honorários advocatícios.**

**3. Embargos de declaração parcialmente acolhidos.**

**(EDcl no AgRg no REsp 1448042/PR, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 15/10/2015, DJe 21/10/2015 - grifou-se)**

**RECURSO ESPECIAL - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - INOCORRÊNCIA (...)**

**1. Os embargos de declaração consubstanciam-se no instrumento processual destinado à eliminação, do julgado embargado, de contradição, obscuridade ou omissão sobre**

# *Superior Tribunal de Justiça*

***tema cujo pronunciamento se impunha pelo Tribunal, não se prestando para promover a reapreciação do julgado. (...)"***  
(REsp 1.134.690/PR, Rel. Ministro Massami Uyeda, Terceira Turma, julgado em 15/02/2011)

No caso dos autos, o acórdão proferido pelo Tribunal de origem foi claro ao examinar toda a matéria de direito suscitada pela agravante, desse modo, embora rejeitados os embargos de declaração opostos, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente.

Nesse sentido, houve a seguinte manifestação do Tribunal de origem:

***O protesto meramente facultativo, no caso, opcional, opcional, feito em Goiânia e a praça de pagamento em Ribeirão Preto, o que não demonstra qualquer irregularidade ou nulidade, até porque a Lei de Duplicatas, o Diploma Normativo nº 5.474/68, apenas obriga é o protesto para interromper a prescrição e permitir o requerimento de o quebra. Ademais, nenhum prejuízo revelou a devedora, tentando, mediante mero formalismo, protelar o pagamento de mercadorias adquiridas e comprovadamente entregues. (e-STJ, fl. 2.436 - grifou-se)***

Assim, ausente omissão no julgado, pois o protesto é meramente facultativo e ausente qualquer nulidade no título.

Consoante a jurisprudência desta Corte, o órgão julgador não está obrigado a se manifestar sobre todas as teses apresentadas durante um processo judicial, bastando que as decisões estejam devida e coerentemente fundamentadas, em obediência ao que determina o art. 93, inciso IX, da Constituição Federal.

Assim já se decidiu em diversos julgados, dentre os quais:

***PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE POR ESTA CORTE. O ÓRGÃO JURISDICIONAL NÃO ESTÁ OBRIGADO A SE PRONUNCIAR SOBRE TODOS OS ARGUMENTOS SUSCITADOS PELAS PARTES SE IMPERTINENTES À SOLUÇÃO DA QUESTÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA. MÉRITO DO ESPECIAL. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PEÇA FACULTATIVA. IMPRESCINDIBILIDADE À SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA. FORMAÇÃO DEFICIENTE. AGRAVO IMPROVIDO.***

# Superior Tribunal de Justiça

(...)

**II. O órgão julgador, como acentuado pelo entendimento pretoriano, não é obrigado a se pronunciar sobre todos os temas, mas apenas acerca daqueles relevantes e aptos à formação de sua convicção.**

(...)

V. Agravo improvido.

(AgRg no Ag 1232500/SP, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, DJe 06/09/2010 - grifou-se)

Ademais, sobre a alegação de que o protesto deveria ser feito na mesma praça indicada no título, o Tribunal de origem fundamentou que:

*Emblematicamente, o protesto levado a efeito, na hipótese, facultativo, em nada altera a essencialidade; da situação, haja vista que a própria citação feita, pela Lei do Rito, também tem o condão de configurar o estado de mora. A lei de duplicatas, o Diploma Normativo n° 5.474/68, somente exige o protesto obrigatório quando se constata requerimento de quebra ou para fins interruptivos da prescrição. Feitas essas análises, não conhecido o agravo retido, por falta de reiteração, teve o cuidado, a credora, de especificar, uma a uma, todas as vendas, para matriz e filial, envolvendo a compra de medicamentos, suprimindo a falta de aceite dos títulos pelos canhotos comprobatórios da entrega dos produtos, além do que os protestos lavrados estão em conformidade com a legislação, meramente facultativos, e a legislação não exige que a credora priorize sua feitura em local distinto. (e-STJ, fls. 1.416/1.419 - grifou-se)*

Já sobre a nulidade do título, consignou o acórdão recorrido que:

*Analizada a farta messe probatória, bem se observa que a devedora, ao tempo da realização da perícia técnica para comprovação de irregularidades dos títulos, excesso ou outros defeitos, não providenciou o recolhimento, acarretando preclusão lógico-consumativa. (e-STJ, fl. 1.415 - grifou-se)*

Assim, a temática referente ao protesto, foi decidida por ser este facultativo; e sobre a nulidade, esta foi afastada pela preclusão lógica.

Desse modo, a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a

# *Superior Tribunal de Justiça*

conclusão do aresto impugnado, impede a admissão da pretensão recursal, a teor do entendimento da Súmula nº 283/STF: *"é inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"*.

Nesse sentido, confira-se o precedente:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTO INATACADO. MULTA FIXADA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. VALOR ARBITRADO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 7/STJ. PRAZO LIMITE DA MULTA. INOVAÇÃO RECURSAL.**

**1. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.**

**2. A fixação das astreintes por descumprimento de decisão judicial baseia-se nas peculiaridades da causa. Assim, afastando-se a incidência da Súmula nº 7/STJ, somente comporta revisão por este Tribunal quando irrisória ou exorbitante, o que não ocorreu na hipótese dos autos, em que o valor foi arbitrado em R\$ 500,00 (quinhentos reais). Precedentes.**

**3. A alegação de que não foi estipulado prazo limite da multa não comporta análise, porquanto referida matéria foi suscitada apenas nas razões do regimental, caracterizando inovação recursal.**

**4. Agravo regimental não provido.**

**(AgRg no AREsp 207.587/SP, Terceira Turma, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe 15/09/2014 - grifou-se)**

Advirta-se, por fim, que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

**Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, não conhecer o recurso especial.**

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**

